

**VIARONDON CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA
S.A.**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023**

VIARONDON CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Demonstrações do valor adicionado - informação suplementar

Notas explicativas da Administração sobre às demonstrações contábeis



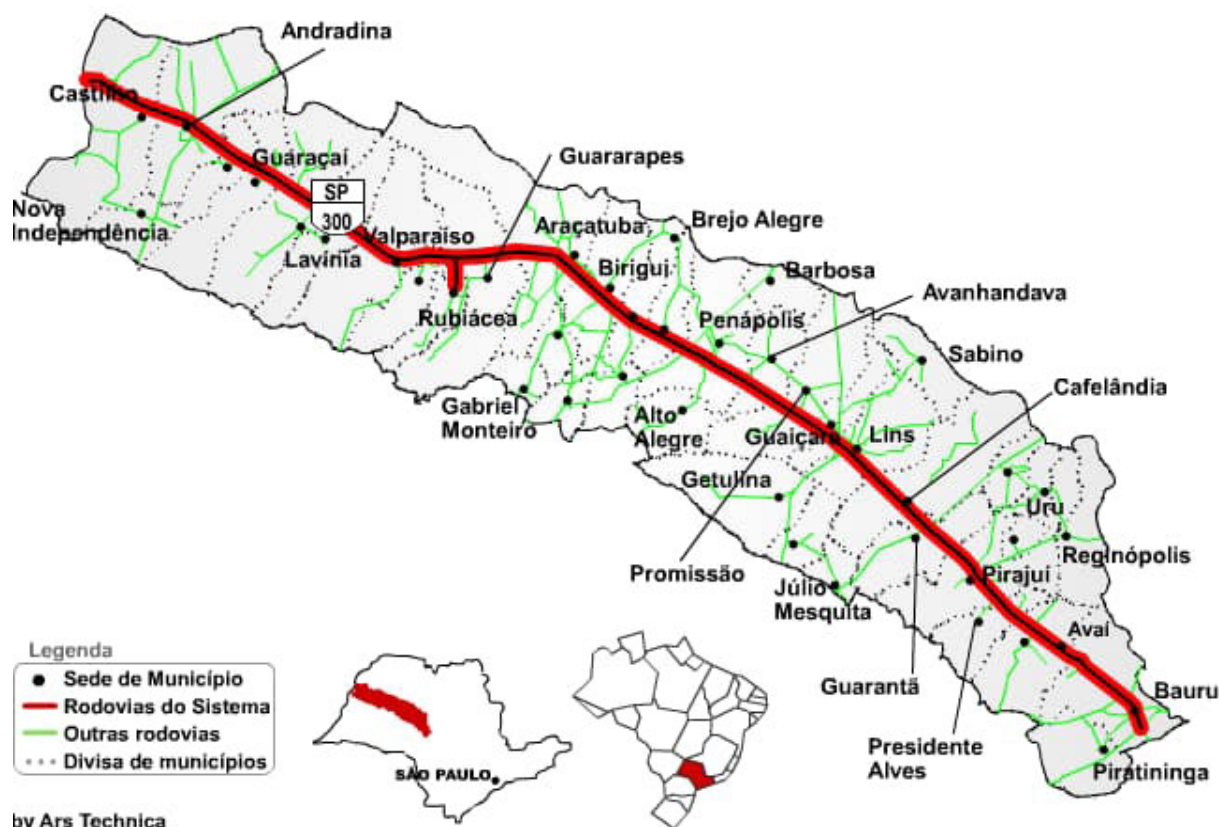
Relatório da Administração – 31 de dezembro de 2023

31 de dezembro de 2023 - A Concessionária ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A que administra 331,13 km da Rodovia Marechal Rondon SP-300 e 85,5 km de 23 rodovias de acessos para a ViaRondon, divulga seus resultados relativos ao ano de 2023.

Apresentação dos Resultados

As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) —Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e de acordo com a norma internacional IAS 34 International Financial Reporting.

O mapa a seguir mostra o trecho explorado pela Companhia:



Marcos Máximo de Novaes Mendonça

*Diretor Administrativo, Financeiro e de
Relações com Investidores*

Tel.: (14) 3533-2650

E-mail: ri@viarondon.com.br

<http://www.viarondon.com.br/contato>



Sobre a Concessão

Em maio de 2009, a ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Marechal Rondon Oeste. Para a gestão dos mais de 416,8 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 411 milhões a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-300 (Rodovia a Marechal Rondon), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo, são eles Bauru, Avaí, Presidente Alves, Pirajuí, Guarantã, Cafelândia, Lins, Guaíçara, Promissão, Avanhadava, Penápolis, Glicério, Coroados, Birigui, Araçatuba, Guararapes, Rubiácea, Bento de Abreu, Valparaíso, Lavínia, Mirandópolis, Guaraçai, Murutinga do Sul, Andradina e Castilho.

Durante o período de concessão, serão construídos 88,88 km de vias marginais, 22 km de faixas adicionais, 3 km de acostamentos, 13 passarelas além de Implantação e/ou Melhoramentos em 107 Dispositivos. Entre as principais obras estão as Marginais lindeiras a grandes cidades, como Bauru, Araçatuba e Birigui, que contribuem com o desenvolvimento econômico da região e proporcionam mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.

2009 Início da Operação, Construção de Praças de Pedágio, e Investimentos Iniciais Emergenciais	2011 Conclusão das Obras de SAU's, CCO, Equipamentos do Sistema.	2013 Obras de Recuperação de Acessos e Rev. Pavimento	2015 Melhoria de 22 Dispositivos e da Marginal de Coroados (1,65 km)	2016 Implantação de Passarela km 338+000
2020 Início das Obras das Marginais de Bauru Lote 1	2021 Início das Obras do km 336+500 ao km 348+000 Leste e Oeste Bauru Lote 2	2022 Conclusão da Obra do viaduto da Cruzeiro do Sul	2023 Conclusão das obras na Marginal de Bauru - Km 336 ao 348	

Destaques:

Tráfego	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumento de 8,49% no tráfego de pedágio ✓ Aumento de 8,58% no tráfego em eixos equivalentes. 	
Receita Operacional	<ul style="list-style-type: none"> ✓ R\$ 312,8 milhões de receita líquida. 	
Obras	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Obras das Marginais de Bauru - SP-336 até SP-347 ✓ Obras das Marginais de Araçatuba 	



Tráfego

No ano de 2023 o volume de tráfego teve um aumento de 8,49% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio aumentou de 9,37%, enquanto comercial teve um aumento de 6,19%.

>> Veículos

Tráfego em milhares de veículos	2023*	2022*	Variação
Passeio	17.258.111	15.779.138	9,37%
Comercial	6.456.595	6.080.146	6,19%
Total	23.714.706	21.859.284	8,49%

*Volume acumulado do período de janeiro à dezembro

No ano de 2023 o volume de tráfego de eixos equivalentes teve um aumento 8,58% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio aumentou 9,49% e o comercial em 8,05%.

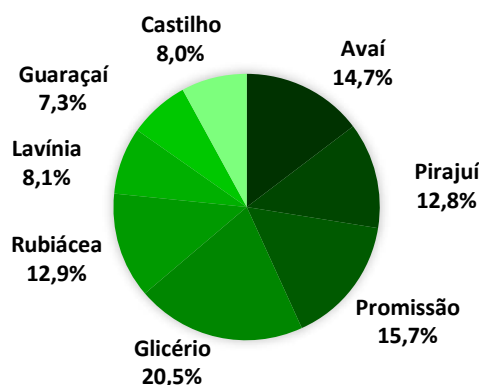
>> Eixos Equivalentes

Tráfego em milhares de veículos	2023*	2022*	Variação
Passeio	17.037.801	15.560.905	9,49%
Comercial Pesado	28.711.981	26.572.634	8,05%
Total	45.749.782	42.133.539	8,58%

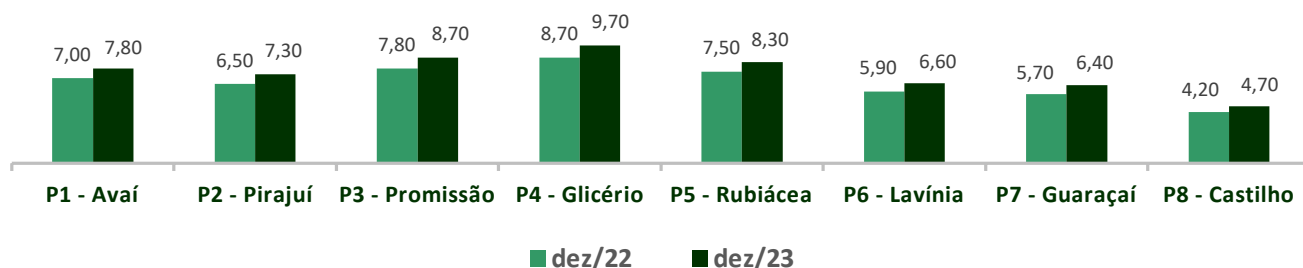
*Volume acumulado do período de janeiro à dezembro

>> Tráfego por praça

O corredor localizado oeste da rodovia Marechal Rondon na (SP-300) composto pelas praças de pedágio de Avaí, Pirajuí, Promissão, Glicério, Rubiácea, Lavínia, Guaraçaí e Castilho, onde Promissão, Glicério e Avaí representam a maior parte da receita da companhia, cerca de 49% em eixos equivalentes



A tarifa média da Concessionária por eixo equivalente em dezembro de 2023 é de R\$ 7,44 contra R\$ 6,66 do período anterior.





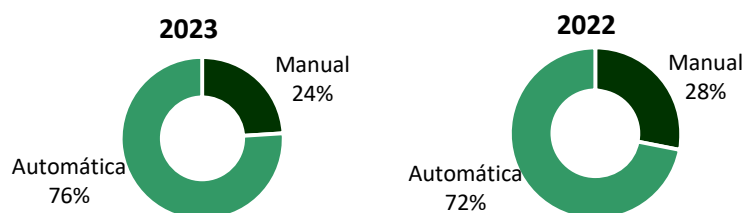
Receita Operacional

A Concessionária obteve no ano de 2023, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 331.485 mm (R\$ 272.859 mm no mesmo período de 2022) e arrecadou R\$ 10.186 mm (R\$ 14.932 mm em 2022) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISSQN, PIS e Cofins totalizando R\$ 29.481 mm em 2023 (R\$ 25.317 mm em 2022).

Receitas (em R\$ mil)	2023*	2022*	Varição
Receitas de Pedágio	331.485	272.859	21,49%
Receitas Acessórias	10.186	14.932	(31,78%)
Outras receitas	677	1.850	(63,42%)
Impostos sobre Receitas	(29.481)	(25.317)	16,45%
Receitas Operacionais	312.867	264.324	18,36%

*Volume acumulado do período de janeiro à dezembro

Formas de pagamentos



Obras e Investimentos

Os investimentos no ano de 2023 incluem, serviços para manutenção da vida útil dos elementos da rodovia, tais como defensas metálicas, sinalização, drenagem, dentre outros.

Investimentos em outros elementos, tais como, equipamentos e sistemas são realizados anualmente, visando a manutenção da melhor condição operacional destes, por meio de aquisições de novos equipamentos em substituições a existentes, sempre que constatada sua necessidade técnica ou superada a vida útil.

A seguir, alguns destaques de investimentos em andamentos e recém concluídos:



Obras das Marginais de Bauru

Conjunto de Obras inclui, construção de 24 Km de vias marginais em ambas as margens da SP 300, melhorias em 10 Dispositivos, construção de 4 passarelas. A Obra foi segmentada em 4 lotes, já concluídos e entregues a operação em 2023, encerrando o conjunto de obras em Bauru



Usina de Energia Solar

A Viarondon iniciou seu projeto de Geração de Energia Solar com a implantação de placas solares em 5 praças de pedágio concluindo a fase 1 do projeto. A fase 2 está em andamento com previsão de conclusão nos próximos meses, quando a Viarondon terá concluído o projeto.



Obras das Marginais e Dispositivos de Araçatuba

Conjunto de Obras inclui, construção de vias marginais em ambas as margens da SP 300, melhorias em 6 Dispositivos, implantação de 3 passarelas. Além do início das marginais, foram concluídos os dispositivos dos Km 528 e 530 além da construção da Obra de Arte do dispositivo do Km 535.



Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais refletem gastos com pessoal, dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, serviços de terceiros, custos referentes à outorga variável sobre a arrecadação de pedágio e as receitas acessórias e dispêndios com seguros e garantias. Já os demais custos representam lançamentos contábeis oriundos das novas práticas contábeis e que não geram efeito caixa.

Custos e Despesas Operacionais	2023*	2022*	Varição
Com Pessoal	(26.571)	(26.567)	0,02%
Manutenção e conservação	(12.141)	(11.516)	5,43%
Serviço de terceiros	(17.372)	(16.961)	2,42%
Ônus variável da concessão	(7.969)	(4.345)	83,42%
Seguros e Garantias	(349)	(148)	136,01%
Outras receitas e despesas	(5.170)	(3.428)	50,84%
Subtotal	(69.572)	(62.965)	10,49%
Custo de serviços de construção	(67.620)	(91.239)	(25,89%)
Provisão para demandas judiciais	(1.682)	(846)	98,86%
Provisão para manutenção em rodovias	(81.114)	(80.238)	1,09%
Depreciação e amortização	(59.621)	(42.161)	41,41%
Total	(279.609)	(277.449)	0,78%

*Volume acumulado do período de janeiro à dezembro

Ebitda

Para melhor refletir os índices de gestão da Companhia, o EBITDA apresentado na tabela a seguir é ajustado pela exclusão das provisões para manutenções futuras e demandas judiciais e administrativas.

EBITDA (em R\$ mil)	2023	2022
Resultado antes das despesas financeiras	100.878	78.115
Depreciação	9.125	390
Amortização	50.495	42.991
EBITDA	160.498	121.496
Provisão para manutenção	81.114	80.181
Provisão para contingências	1.682	1.195
EBITDA AJUSTADO	243.294	202.872

Responsabilidade Socioambiental





Recursos Humanos

Outro grande benefício trazido pela Companhia à região do corredor Marechal Rondon Oeste é geração de empregos diretos e indiretos, através da contratação de mão-de-obra e serviços terceirizados.

A ViaRondon busca profissionais que compartilhem dos mesmos valores da empresa, ou seja, profissionais atualizados, comprometidos com a segurança e bem-estar dos usuários da rodovia, que exerçam sua responsabilidade sobre o meio ambiente, sua cidadania e, acima de tudo, que sejam transparentes e proativos na geração do desenvolvimento social.

Conforme demonstramos no quadro a seguir, a Companhia tem um compromisso com a diversidade no ambiente de trabalho, adotando uma postura madura diante da pluralidade que nossa sociedade apresenta, acolhendo os colaboradores nas suas diferenças.

Indicadores Pessoais	2023	2022
Colaboradores diretos	681	645
Colaboradores indiretos	635	466

A seguir demonstramos algumas ações realizadas com nossos colaboradores:



Premiações

A ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. é tetracampeã na categoria Eficiência dos Serviços Operacionais do Prêmio Concessionária do Ano 2021, realizado pela ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.

A ViaRondon foi eleita pela quarta vez a melhor concessionária na prestação de serviços operacionais aos seus usuários. São avaliados nesta categoria os atendimentos pré-hospitalar, de socorro mecânico e guincho, e o sistema automático de pagamento de tarifas. O investimento e disponibilidade de equipamentos implantados para monitoramento da rodovia, como câmeras de vídeo e de auxílio aos usuários (Call boxes e painéis de mensagens variáveis), também foram considerados na pontuação.

É o resultado do nosso esforço em conectar vidas, reflexo do trabalho em equipe, com persistência para alcançar metas.



Agradecimentos

A Companhia e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios do usuário, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e também com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09.

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 e suas alterações, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório da BDO RCS Auditores Independentes, emitido com as devidas demonstrações contábeis padronizadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

* * *

Diretoria

Alexandre Conti Ribeiro de Campos
Diretor Presidente

Marcos Máximo de Novaes Mendonça
Diretor de Relações com Investidores

Fábio Abritta Filho
Diretor de Relações Institucionais

Conselho de Administração

Antônio Roberto Beldi
Paulo Sergio Coelho
Ricardo Constantino
Ricardo de Souza Adenes

Contador

Durval Maia
CRC/ SP nº 1SP-292.261/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Lins - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Adições do ativo intangível

Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautada pela interpretação da norma contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (correlata ao IFRIC 12), a qual prevê a forma de tratamento contábil da obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente.

A mensuração do ativo de contrato de concessão e, conseqüentemente, do ativo intangível, é afetada por estimativas devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para determinação do ativo intangível envolvido e período de capitalização.

Dessa forma, identificamos a capitalização de gastos no ativo de contrato de concessão e no ativo intangível como área significativa e de risco para nossa auditoria e, portanto, um principal assunto de auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação dos critérios de classificação de gastos como ativos de contrato de concessão e intangível, incluindo aqueles relacionados ao método percentual de conclusão de obras;
- Teste de adições do ativo intangível para análise da existência e avaliação da natureza dos gastos e a correta classificação;
- Avaliação da natureza dos gastos capitalizados e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis aplicáveis;
- Desafio das premissas utilizadas pela administração, visando corroborar se existiram premissas não consistentes e/ou que deveriam ser revisadas; e
- Avaliação se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração.

Adicionalmente realizamos, como parte de nossos procedimentos de auditoria, procedimentos de revisão do ambiente de controles internos da Companhia para mensuração, cálculo e registro da capitalização dos gastos com ativos de concessão.

Nossa revisão do desenho dos controles internos implementados pela administração da Companhia para mensuração, cálculo e registro de gastos com ativos de concessão forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria, tendo sido o assunto em questão por nós avaliado e reportado aos responsáveis pela governança a respeito da necessidade de ajustes.

Avaliação de impairment do ativo intangível e impostos diferidos

Conforme divulgado nas Notas Explicativas nºs 13 e 18 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém registrados, em 31 de dezembro de 2023, impostos diferidos - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e, ativo intangível composto principalmente pelos investimentos e pelas obras realizadas nas rodovias que representam aproximadamente 93% do total de seus ativos. A avaliação do valor recuperável dos impostos diferidos e do ativo intangível da Companhia foi significativa para a nossa auditoria, devido à complexidade do processo de avaliação que envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração, base das premissas que poderão ser afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação da metodologia de impairment utilizada pela Administração de acordo com os requerimentos do CPC 01 (R1) / IAS 36;
- Análise das bases, premissas e cálculos aplicados na constituição das provisões de impostos diferidos;
- Confronto das projeções aprovadas pela Administração com os orçamentos utilizados pela Companhia para determinação da recuperabilidade do ativo intangível e dos impostos diferidos;
- Questionamos e corroboramos com informações setoriais as principais premissas adotadas pela Administração;
- Avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação do valor recuperável dos impostos diferidos e dos ativos intangíveis de concessão de rodovias atendem aos requisitos descritos no CPC 01 (R1) / IAS 36, bem como se as respectivas divulgações das Notas Explicativas nºs 13 e 18 estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes.

Provisão para manutenção

Conforme divulgado nas notas explicativas nºs 6.g e 17, as obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A mensuração da provisão de manutenção é afetada por estimativas devido às naturezas dos diversos dos gastos como parte da manutenção da infraestrutura da concessão.

Dessa forma, consideramos essa estimativa como área significativa e de risco para nossa auditoria e, portanto, um principal assunto de auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação dos critérios de estimativa e classificação dos gastos previstos na próxima intervenção na estrutura da concessão;
- Avaliação da natureza dos gastos estimados e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis aplicáveis;
- Desafio das premissas utilizadas pela administração, visando corroborar se existiram premissas não consistentes e/ou que deveriam ser revisadas; e
- Avaliação se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração.

Adicionalmente realizamos, como parte de nossos procedimentos de auditoria, procedimentos de revisão do ambiente de controles internos da Companhia para mensuração, cálculo e registro da provisão para manutenção.

Dessa forma, nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos de auditoria planejados foram alterados na extensão e forma para obtermos evidências apropriadas e suficientes de auditoria. Nossa revisão do desenho dos controles internos implementados pela administração da Companhia para mensuração, cálculo e registro da provisão para manutenção forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria, tendo sido o assunto em questão por nós avaliado e reportado aos responsáveis pela governança a respeito da necessidade de melhoria.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato a governança da Companhia e ao seu correspondente órgão regulador.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 28 de março de 2024.



ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.515	1.658
Aplicações financeiras	9	60.692	41.301
Contas a receber	10	25.914	21.112
Despesas pagas antecipadamente	-	1.360	1.179
Adiantamento a fornecedores	-	686	2.128
Partes relacionadas	11	2.777	2.917
Outros créditos	-	347	761
Total do ativo circulante		93.291	71.056
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	-	1.471	1.471
Total do realizável a longo prazo		1.471	1.471
Imobilizado	12	13.221	11.680
Intangível	13	1.393.760	1.345.155
Total do ativo não circulante		1.408.452	1.358.306
Total do ativo		1.501.743	1.429.362

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	31.047	37.787
Debêntures	14	81.501	47.083
Fornecedores	16	52.359	55.798
Arrendamento por direito de uso	-	2.030	1.928
Passivo fiscal	-	9.755	3.107
Obrigações sociais	-	7.135	4.715
Provisão para manutenção	17	48.259	10.189
Partes Relacionadas	11	150	1.140
Parcelamento de Impostos	-	678	-
Outras contas a pagar	-	3.757	10.905
Total do passivo circulante		236.671	172.652
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	3.543	2.611
Debêntures	14	770.414	765.013
Arrendamento por direito de uso	-	6.738	2.323
Provisão para manutenção	17	-	19.467
Partes Relacionadas	11	106.656	101.884
Parcelamento de Impostos	-	1.237	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	18	61.317	67.525
Provisão para contingências	19	2.241	2.181
Total do passivo não circulante		952.146	961.004
Total do passivo		1.188.817	1.133.657
Patrimônio líquido			
Capital integralizado	20	402.651	402.651
Prejuízos acumulados	20	(89.725)	(106.946)
Total do patrimônio líquido		312.926	295.705
Total do passivo e patrimônio líquido		1.501.743	1.429.362

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações de resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	21	380.487	355.564
Custo dos serviços prestados	22	(199.191)	(184.953)
Custo de construção	22	(67.620)	(91.239)
Lucro bruto		113.676	79.372
Despesas gerais e administrativas	22	(12.798)	(1.257)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		100.878	78.115
Receita financeira	23	5.690	5.480
Despesa financeira	23	(80.924)	(92.387)
Despesas financeiras líquidas		(75.234)	(86.907)
Resultado antes dos impostos		25.644	(8.792)
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(10.194)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	1.771	(22.776)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		17.221	(31.568)
Lucro (prejuízo) básico diluído por ação em reais		0,03451	(0,06326)
Resultado por ação			
Total do capital social (em reais)	24	499.000.000	499.000.000
Total do resultado por ação (em reais)	24	0,00003451	(0,00006326)
Total do capital social (em milhares de reais)	24	499.000	499.000
Total do resultado por ação (em milhares de reais)	24	0,03451	(0,06326)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações de resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido (prejuízo) dos exercícios	17.221	(31.568)
Total de resultado abrangente dos exercícios	<u>17.221</u>	<u>(31.568)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	Capital integralizado			Lucros e Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Capital a integralizar	Capital integralizado		
Saldos em 1º de janeiro de 2022	499.000	(96.349)	402.651	(75.378)	327.274
Prejuízo do exercício	-	-	-	(31.568)	(31.568)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	499.000	(96.349)	402.651	(106.946)	295.705
Lucro do exercício	-	-	-	17.221	17.221
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>499.000</u>	<u>(96.349)</u>	<u>402.651</u>	<u>(89.725)</u>	<u>312.926</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	17.221	(31.568)
Ajustes para:		
Depreciação	2.633	390
Amortização	54.398	42.992
Baixa do ativo imobilizado líquida	10.538	6.084
Provisão para manutenção	81.114	70.728
Provisão para contingências	59	1.195
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	96.727	103.627
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.771)	22.776
	<u>260.919</u>	<u>216.224</u>
(Aumento) redução no ativo:		
Contas a receber	(4.802)	(4.549)
Despesas pagas antecipadamente	(181)	164
Outros créditos	1.856	(941)
Aumento (redução) no passivo:		
Fornecedores	(3.439)	(53.524)
Passivo fiscal corrente	2.211	281
Obrigações sociais	2.420	2.206
Contas a pagar	(5.233)	-
Consumo de provisão para manutenção	(62.511)	(61.374)
Outros passivos	4.517	3.608
Juros pagos	(53.647)	(52.332)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>142.110</u>	<u>49.763</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(258.261)	(273.270)
Resgate das aplicações	238.870	259.779
Aquisição de imobilizado	(14.712)	(7.162)
Adição ao intangível	(103.003)	(123.981)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	<u>(137.106)</u>	<u>(144.634)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	36.400	35.233
Partes relacionadas	3.922	97.093
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	(45.469)	(36.642)
Caixa líquido decorrente das atividades de financiamentos	<u>(5.147)</u>	<u>95.684</u>
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(143)</u>	<u>813</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1.658	845
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>1.515</u>	<u>1.658</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas operacionais	409.968	380.880
Serviços prestados	331.485	272.859
Receita de construção	67.620	91.239
Outras receitas	10.863	16.782
Insumos adquiridos de terceiros	(194.933)	(206.893)
Custos serviços prestados	(17.372)	(16.961)
Custo de construção	(67.620)	(91.239)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(109.941)	(98.693)
Valor adicionado bruto	215.035	173.987
Depreciação de imobilizado	(2.633)	(390)
Amortização de intangível	(54.398)	(42.992)
Valor adicionado líquido produzido	158.004	130.605
Receitas financeiras	5.690	5.480
Valor adicionado total a distribuir	163.694	136.085
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	24.794	23.347
Remuneração direta	17.735	17.067
Benefícios	5.664	4.969
FGTS	1.175	1.175
Outros	220	136
Impostos, taxas e contribuições	39.793	51.461
Federais	22.921	36.910
Estaduais	109	151
Municipais	16.763	14.400
Remuneração de capitais de terceiros	81.886	92.845
Juros	80.924	92.387
Aluguéis	962	458
Remunerações de capitais próprios	17.221	(31.568)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	17.221	(31.568)
Total distribuição valor adicionado	163.694	136.085

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A (“Companhia”) é uma Companhia por ações de capital aberto, com sede na Rua João Moreira da Silva, 509 Jardim Americano, Lins – São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009.

O objeto social da Companhia é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“Artesp”), trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na Cidade de Bauru e finaliza-se no km 667 e 630, na Cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Decorrente desta concessão, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

- Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 411.600, dos quais R\$ 82.200 foram pagos à vista e o saldo devedor em 18 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 18.300, reajustados de acordo com o reajuste nas cobranças da tarifa do pedágio, já tendo sido integralmente liquidado;
- Pagamento de valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária
- Realização de investimentos na rodovia.

Plano estratégico

Conforme demonstrado na demonstração de resultado e no balanço patrimonial findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou lucro de R\$ 17.221 e (prejuízo de R\$ (31.568) no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). A Administração vem implementando medidas de redução de custos buscando mitigar os efeitos da frustração de demanda. A disciplina da Companhia em controle de redução de custo alinhada a recuperação de demanda que vem observando desde 2022 conforme acima demonstrado, sustentam a tendência de melhora da situação financeira.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade (normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes Notas Explicativas:

- **Nota Explicativa nº 12** – Imobilizado;
- **Nota Explicativa nº 13** – Intangível;
- **Nota Explicativa nº 18** – Ativos e passivos fiscais diferidos;
- **Nota Explicativa nº 17** – Provisão para manutenção; e
- **Nota Explicativa nº 19** – Provisão para contingência.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos dos ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte Nota Explicativa:

- **Nota Explicativa nº 25** – Instrumentos financeiros.

5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

6. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando eles forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao/ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 23).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for: **(i)** uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios; **(ii)** mantido para negociação; ou **(iii)** designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. Não aplicável para a Companhia.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado.

Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor

recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Não aplicável para a Companhia.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O contrato de concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment*, a Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. Em 30 de junho de 2021, a Companhia efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas a contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25.

Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Provisão de manutenção – Contratos de Concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

b) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

c) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

A Companhia considera como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociado sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos dos empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. As vidas úteis médias estimadas para o período corrente e comparativos são as seguintes:

Computadores e periféricos	04 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	05 anos

d) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

i) Contratos de concessão de serviços

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário:

Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder ao direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários da rodovia pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

ii) Direito de outorga

O valor pago ao poder concedente correspondente ao direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “direito de outorga”, no ativo intangível (Nota Explicativa nº 13). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) foram registradas no passivo e já foram liquidadas.

O direito de outorga da concessão vem sendo amortizado pela curva de tráfego, sempre que necessário atualizado, pelo prazo da concessão.

iii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

iv) Gastos subsequentes

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

v) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis originados do contrato de concessão de serviços e do direito de outorga é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão (sempre que necessário atualizada), desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

A amortização é reconhecida no resultado.

A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis médias estimadas para o período corrente e comparativo dos outros intangíveis são as seguintes:

Softwares	05 anos
-----------	---------

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo, quando aplicável.

e) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i) Ativos financeiros – não derivativos

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são:

(i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

A adoção dessa nova norma a partir de 1º de janeiro de 2019 não gerou impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

i) Provisão de manutenção – contratos de construção

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura com um nível específico de operacionalidade ou recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente no final do contrato de concessão são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

h) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos dos empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

i) Receita operacional

i) Receita de pedágio

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas.

A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

ii) Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de concessão, as receitas relativas ao serviço de construção/melhoria prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão, por corresponder a um direito sobre tal ativo, sendo registrada pelo seu valor justo. Este direito que corresponde a receita de construção/melhoria, é composto de custo de construção/melhoria acrescido a margem de lucro aos custos de empréstimos atribuíveis e este ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

j) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

l) Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

m) Informações por segmento

A principal receita da atividade da Companhia vem do recebimento da tarifa de pedágio sendo, no entanto, facultado à Companhia explorar outras fontes de receitas complementares, de acordo com o contrato de concessão. Todas as decisões dos administradores e gestores relativas ao planejamento estratégico, financeiras, compras, investimentos de recursos e avaliação de performance são tomadas considerando a Companhia como um todo, ou seja, a Companhia está organizada em um único segmento de negócio.

n) Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são requeridas pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), enquanto para as IFRS representam informação financeira adicional.

7. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente

O Conselho Federal de Contabilidade, através de aprovação em plenário, alterou a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC 13, de 7 de abril de 2022, que modifica as seguintes normas: NBC TG 26 (R5), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 21 (R4), conforme descrito abaixo:

NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações contábeis

Inclui a definição de “políticas contábeis” no conjunto completo de demonstrações contábeis da seguinte forma: “(e) notas explicativas, compreendendo informação de política contábil material e outras informações elucidativas”.

NBC TG 40 (R3) – Instrumentos Financeiros

Altera o item 21 da norma, que inclui a informação sobre o dever de divulgação de política contábil material.

NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária

Inclui na definição do conjunto completo das demonstrações contábeis a informação sobre a política contábil material e outras informações explicativas.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	1.403	1.546
Fundo de troco/numerários trans.	112	112
Total	1.515	1.658

A exposição da Companhia aos riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 25.

9. Aplicações financeiras

	31/12/2023	31/12/2022
Reserva (i)	6.804	26.648
Garantia (i)	27.284	11.860
Livre (ii)	26.604	2.793
Total	60.692	41.301

(i) **Reserva e Garantia:** Aplicação destinada para pagamento do projeto, movimentada pelo Banco depositário.

(ii) **Livre:** Disponível para liquidez em qualquer momento, movimentada pela Companhia.

Aplicação financeira mantida junto ao Banco Santander, com liquidez diária, sendo remunerada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI),

A exposição da Companhia aos riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 25.

10. Contas a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Pedágio eletrônico	21.080	15.077
Visa - vale-pedágio	223	85
PROTEGE SA PROTECAO E TRANSPORTE	1.260	1.161
DBTrans S/A	117	161
Outros	3.234	4.628
Total	25.914	21.112

Idade de vencimento dos títulos	31/12/2023	31/12/2022
Créditos a vencer até 30 dias	23.913	17.156
Créditos a vencer até 60 dias	406	1.280
Créditos a vencer até 90 dias	1.595	2.676
Total	25.914	21.112

O contas a receber da Companhia não apresenta montantes vencidos e a Companhia também não possui histórico de inadimplência. Dessa forma, não foi apurada perda de créditos esperada para redução do valor recuperável sobre o contas a receber.

11. Transações com partes relacionadas

A seguir, o valor total de remuneração atribuído aos diretores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Diretores estatutários	47	33

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia.

A Companhia submete todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas. Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

a) Saldos patrimoniais

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
BRVias Holding VRD S.A.	(i)	1.820	1.707
BRVias S.A.	(iv)	957	1.210
Total		2.777	2.917
Passivo Circulante			
Splice Ind. e Com de Serviços	(ii)	(150)	(1.140)
Passivo Não Circulante			
BRVias Holding VRD S.A.	(v)	(106.656)	(101.884)
Total Passivo		(106.806)	(103.024)
Total líquido		(104.029)	(100.107)

b) Transações que afetaram o resultado

	Notas	Valor da transação no resultado	
		31/12/2023	31/12/2022
Splice Ind. e Com. de Serviços	(ii)	(2.293)	(5.950)
BRVias S.A.	(iv)	(386)	(584)
Outros	(iii)	(54)	(43)
Total		(2.733)	(6.577)

- (i) Serviços administrativos de publicações de balanço, atas e outros;
- (ii) Execução de conserva verde e serviços de operação de equipamentos eletrônico de fiscalização e registro das infrações de excesso de velocidade na Rodovia, bem como outros serviços de manutenções;
- (iii) Serviços de consultoria administrativa;
- (iv) Serviços administrativos realizados pelo Centro de Serviços Compartilhados; e
- (v) Mútuo junto a acionista para finalidade de fluxo de caixa.

12. Imobilizado

Movimentação em 31 de dezembro de 2023:

Em milhares de reais	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2022	5.616	10.587	2.873	5.899	24.975
Adições	189	588	1.000	5.385	7.162
Baixas	(2)	(65)	(323)	(5.694)	(6.084)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.803	11.110	3.550	5.590	26.053
Adições	171	1.402	291	12.848	14.712
Baixas	(1)	(87)	(18)	(10.432)	(10.538)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.973	12.425	3.823	8.006	30.227
Depreciação acumulada					
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(4.551)	(5.378)	(1.789)	(2.265)	(13.983)
Depreciação no exercício	(278)	(1.048)	(190)	1.126	(390)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(4.829)	(6.426)	(1.979)	(1.139)	(14.373)
Depreciação no período	(292)	(1.087)	(229)	(1.025)	(2.633)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(5.121)	(7.513)	(2.208)	(2.164)	(17.006)
Valor líquido contábil					
Saldo em 1º de janeiro de 2022	1.065	5.209	1.084	3.634	10.992
Saldo em 31 de dezembro de 2022	974	4.684	1.571	4.451	11.680
Saldo em 31 de dezembro de 2023	852	4.912	1.615	5.842	13.221

Movimentação em 31 de dezembro de 2022:

Em milhares de reais	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2021	5.093	7.049	2.786	4.331	19.259
Adições	524	3.708	160	3.203	7.595
Baixas	(1)	(170)	(73)	(1.635)	(1.879)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.616	10.587	2.873	5.899	24.975
Adições	189	588	1.000	5.385	7.162
Baixas	(2)	(65)	(323)	(5.694)	(6.084)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.803	11.110	3.550	5.590	26.053
Depreciação acumulada					
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(4.311)	(4.522)	(1.616)	(2.806)	(13.255)
Depreciação no exercício	(240)	(856)	(173)	541	(728)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(4.551)	(5.378)	(1.789)	(2.265)	(13.983)
Depreciação no exercício	(278)	(1.048)	(190)	1.126	(390)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(4.829)	(6.426)	(1.979)	(1.139)	(14.373)
Valor líquido contábil					
Saldo em 1º de janeiro de 2021	782	2.527	1.170	1.525	6.004
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.065	5.209	1.084	3.634	10.992
Saldo em 31 de dezembro de 2022	974	4.684	1.571	4.451	11.680

13. Intangível

Movimentação em 31 de dezembro de 2023:

	Praças de pedágio	Recuperação da rodovia	Sistema de arrecadação	Direito de outorga (i)	Outros-concessão (ii)	Software	Direito de uso	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	48.159	521.312	8.166	413.597	536.738	3.485	3.817	1.535.274
Aquisições e construções	390	236.693	-	-	(117.388)	-	4.284	123.979
Saldo em 31 de dezembro de 2022	48.549	758.005	8.166	413.597	419.350	3.485	8.101	1.659.253
Aquisições e construções	52	61.841	-	-	33.634	-	7.476	103.003
Saldo em 31 de dezembro de 2023	48.601	819.846	8.166	413.597	452.984	3.485	15.577	1.762.256
Amortização acumulada								
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(15.393)	(91.874)	(3.203)	(119.989)	(35.763)	(1.744)	(3.141)	(271.107)
Amortização do período	(2.236)	(15.517)	(469)	(18.065)	(5.940)	(251)	(513)	(42.991)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(17.629)	(107.391)	(3.672)	(138.054)	(41.703)	(1.995)	(3.654)	(314.098)
Amortização do período	(2.830)	(19.634)	(594)	(22.857)	(7.516)	(318)	(649)	(54.398)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(20.459)	(127.025)	(4.266)	(160.911)	(49.219)	(2.313)	(4.303)	(368.496)
Valor líquido contábil								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	30.920	650.614	4.494	275.543	377.647	1.490	4.447	1.345.155
Saldo em 31 de dezembro de 2023	28.142	692.821	3.900	252.686	403.765	1.172	11.274	1.393.760

Movimentação em 31 de dezembro 2022:

	Praças de pedágio	Recuperação da rodovia	Sistema de arrecadação	Direito de outorga (i)	Outros-concessão (ii)	Software	Direito de uso	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	35.171	494.959	8.167	413.597	410.352	3.487	2.902	1.368.635
Aquisições e construções	-	39.340	-	-	126.386	-	912	166.638
Saldo em 31 de dezembro de 2021	35.171	534.299	8.167	413.597	536.738	3.487	3.814	1.535.273
Aquisições e construções	389	236.694	-	-	(117.388)	-	4.286	123.981
Saldo em 31 de dezembro de 2022	35.560	770.993	8.167	413.597	419.350	3.487	8.100	1.659.254
Amortização acumulada								
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(12.275)	(76.781)	(2.549)	(94.799)	(48.739)	(1.394)	(2.425)	(238.962)
Amortização do exercício	(1.446)	(10.036)	(303)	(11.683)	(8.183)	(162)	(332)	(32.145)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(13.721)	(86.817)	(2.852)	(106.482)	(56.922)	(1.556)	(2.757)	(271.107)
Amortização do exercício	(1.918)	(13.310)	(402)	(15.494)	(10.380)	(215)	(1.273)	(42.992)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(15.639)	(100.127)	(3.254)	(121.976)	(67.302)	(1.771)	(4.030)	(314.099)
Valor líquido contábil								
Em 1º de janeiro de 2021	22.896	418.178	5.618	318.798	361.613	2.093	477	1.129.673
Em 31 de dezembro de 2021	21.450	447.482	5.315	307.115	479.816	1.931	1.057	1.264.166
Em 31 de dezembro de 2022	19.921	670.866	4.913	291.621	352.048	1.716	4.070	1.345.155

- (i) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstrado a seguir:

	2009
Valor da outorga	411.000
Ajuste ao valor presente	(11.202)
Atualização monetária anterior ao início das atividades	13.799
Total	413.597

- (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Investimentos.

Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão. As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada custos dos serviços prestados, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado no quadro acima.

14. Debêntures

Tipo de operação	Valor da emissão	Data liberação	Vencimento	Taxa de juros a.a.	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures	700.000	28/02/2020	15/12/2034	5,55% a.a. + IPCA	878.799	841.464
(-) Comissão	700.000	28/02/2020	15/12/2034		(26.884)	(29.368)
Total					851.915	812.096
Circulante					81.501	47.083
Debêntures					83.985	49.567
(-) Comissão					(2.484)	(2.484)
Não circulante					770.414	765.013
Debêntures					794.815	791.897
(-) Comissão					(24.401)	(26.884)
Composição por vencimento:						31/12/2022
2023						47.083
2024						87.863
2025						69.319
2026 a 2034						607.831
Total						812.096
Composição por vencimento:						31/12/2023
2024						82.825
2025						62.738
2026						106.681
2027 a 2034						599.671
Total						851.915
Movimentação das debêntures:						
					31/12/2023	31/12/2022
Saldos iniciais					812.096	767.203
Variações dos fluxos de caixa de financiamento						
Pagamento do principal					(2.197)	(2.107)
Pagamentos de juros					(47.546)	(45.878)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento					(49.743)	(47.985)
Outras variações						
Despesas de juros					89.562	92.878
Total de outras variações					89.562	92.878
Saldos finais					851.915	812.096

Em 28 de fevereiro de 2020, a Companhia realizou a segunda emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 700.000.

Foram emitidas 700.000 (setecentas mil) debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um mil reais), com vencimentos semestrais, primeiro vencimento em 15 de junho de 2020 e último vencimento em 15 de dezembro de 2034.

As debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 5,55% a.a.

Cada uma das debêntures fará jus ao pagamento de seu valor nominal unitário atualizado e juros semestralmente,

iniciando em 15 de junho de 2020 até 15 de dezembro de 2034.

As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes:

- Contratação, pela Emissora com quaisquer terceiros, incluindo com partes relacionadas, de empréstimos, mútuos, financiamentos, adiantamentos de recursos, hedge, leasing e financiamento de máquinas, equipamentos e veículos ou qualquer outra forma de operação de crédito, operação financeira e/ou operação de mercado de capitais, local ou internacional, inclusive mediante prestação de garantia fidejussória e/ou real e concessão de preferência a outros créditos, exceto com relação a operações que, cumulativamente, atendam as seguintes características: **(a)** tenham prazo de vencimento de até 1 (um) ano; **(b)** não contenham quaisquer garantias prestadas pela Emissora; **(c)** os recursos captados sejam aplicados no Projeto; e **(d)** sejam limitados a um saldo em aberto individual ou agregado de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado pela variação do IPCA no período. Excetuam-se os **(1)** mútuos subordinados celebrados entre a Emissora e a Acionista, nos quais a Emissora figure como mutuária; **(2)** operações de leasing para aquisição de máquinas, equipamentos e veículos limitados a um saldo em aberto individual ou agregado de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- Manter os seguintes índices de cobertura da dívida ICSD Histórico, relativo aos últimos 12 (doze) meses antecedentes à data do cálculo, superior ou igual a 1,3x

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações contábeis para o período e exercício findo em dezembro de cada ano.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 33.715 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 2.484. O montante a apropriar no resultado futuro em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 24.401.

15. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 25.

	Taxa de juros a.a.	Indexador	Vencimento	31/12/2023	31/12/2022
CCB	4,50% a 7,49%	CDI	2023	28.724	35.024
Leasing (i)	4,40% a 6,30%	CDI	2024 - 2027	5.866	5.374
Total				34.590	40.398
Circulante				31.047	37.787
Não circulante				3.543	2.611

- (i) Empréstimo obtido junto ao Banco Santander, Banco DDL e Banco Mercedes, por intermédio de instituição financeira, na modalidade Leasing para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os próprios bens;
- (ii) Empréstimo obtido junto ao Banco Pine, Santander, Quatá e Riza, na modalidade de cédulas de crédito bancário (CCB) para finalidade de fluxo de caixa.

Composição por vencimento:

Vencimento em	31/12/2022
2023	37.351
Acima 2024	3.047
Total	40.398

Vencimento em	31/12/2023
2024	31.047
Acima 2025	3.543
Total	34.590

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldos iniciais	40.398	35.405
Varição do fluxo de caixa de financiamento		
Pagamentos de financiamentos (principal e juros capitalizados)	(43.272)	(34.535)
Pagamentos de juros	(6.101)	(6.454)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(49.373)	(40.989)
Outras variações		
Novas captações	36.400	35.233
Despesas de juros	7.165	10.749
Total de outras variações	43.565	45.982
Saldos finais	34.590	40.398

16. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores diversos	25.877	21.035
Fornecedores – Risco Sacado (ii)	20.169	23.342
Medições a pagar	319	-
Retenções (i)	5.994	11.421
Total	52.359	55.798

- (i) A Companhia adota como procedimento, realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Companhia é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Estes percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.
- (ii) Refere-se a fornecedores que tiveram seus recebíveis descontados com instituições financeiras que possuem convênio com a Companhia. A Companhia não incorre em juros adicionais para o banco sobre os valores devidos aos fornecedores, sendo assim, a Companhia não desreconheceu os passivos aos quais a transação de risco sacado se aplica, pois não houve uma baixa legal e nem o passivo original foi substancialmente modificado ao entrar ou fazer parte das transações de risco sacado. A Companhia divulga os valores contabilizados pelos fornecedores na rubrica de “fornecedores – risco sacado”, porque a natureza e a função do passivo financeiro permanecem os mesmos de outras contas a pagar com fornecedores. Os pagamentos junto a referida instituição financeiras são incluídos nos fluxos de caixa operacionais porque continuam a fazer parte do ciclo operacional da Companhia e sua natureza principal permanece, ou seja, pagamentos pela compra de bens e serviço.

Composição por vencimento do total de “Fornecedores diversos” e “Fornecedores – risco sacado”:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer		
Até 30 dias	22.380	38.004
De 31 a 360 dias	20.498	2.969
Total	42.878	40.973
Vencidas		
Até 30 dias	1.946	1.264
De 31 a 360 dias	1.222	2.140
Total	3.168	3.404
Total	46.046	44.377

17. Provisão para manutenção – contrato de concessão

A Companhia constitui provisão para manutenção tendo como objetivo mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos ao valor presente, levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

O saldo da provisão está demonstrado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante	48.259	10.189
Passivo não circulante	-	19.467
Total	48.259	29.656

Movimentação da provisão para manutenção:

Em 1º de janeiro de 2022	20.302
Realização por consumo	(70.827)
Adições	80.181
Em 31 de dezembro de 2022	29.656
Realização por consumo	(62.511)
Adições	81.114
Em 31 de dezembro de 2023	48.259

18. Ativos e passivos fiscais diferidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia reconheceu o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, referentes à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, conforme demonstrado:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa	25.123	18.138
Provisão para manutenção	16.408	12.023
Outras provisões temporárias	1.381	1.252
Total	42.912	31.413
Passivo		
Custos dos empréstimos	(16.089)	(69.835)
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1) / IFRIC 12	(88.140)	(29.103)
Total	(104.229)	(98.938)
Total	(61.317)	(67.525)

	31/12/2023	31/12/2022	01/12/2022	Movimentação no resultado de 2023	Movimentação no resultado de 2022
Ativo					
Prejuízo fiscal e base negativa	25.123	18.138	38.138	6.985	(20.000)
Provisão para manutenção	16.408	12.023	6.903	4.385	5.120
Outras provisões temporárias	1.381	1.252	380	129	872
Total	42.912	31.413	45.421	11.499	(14.008)
Passivo					
Custos dos empréstimos	(16.089)	(69.835)	(62.012)	53.746	(7.823)
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1) / IFRIC 12	(88.140)	(29.103)	(28.159)	(59.037)	(945)
Total	(104.229)	(98.938)	(90.171)	(5.291)	(8.768)
Outras	-	-	-	(4.437)	-
Total	(61.317)	(67.525)	(44.750)	1.771	(22.776)

a) Créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	237.189	273.915

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

A Companhia, baseada em projeções de lucros tributários futuros, prevê que a utilização desses se dará até o exercício de 2028, como demonstrado a seguir:

2024	13.197
2025	46.726
2026	56.126
2027	66.860
2028	54.280
Total	237.189

b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro real. A alíquota efetiva demonstrada acima apresenta a melhor estimativa da administração da alíquota anual esperada.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	25.644	(8.792)
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Despesas com imposto a alíquota nominal	(8.719)	(2.989)
(-) Adições permanentes	(1.641)	(22.776)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(10.194)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.771	(22.776)
Total	7%	259%

19. Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2023, está provisionado o montante de R\$ 2.241 (R\$ 2.182 em 31 de dezembro de 2022), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Resumo da movimentação:

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.338	844	2.182
Provisão	2.191	490	2.681
Reversão de provisão	(2.277)	(345)	(2.622)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.252	989	2.241

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$ 15.670 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 13.948 em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia também possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$ 47.500 (Nota Explicativa nº 26) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, na qual a Companhia é responsável solidária.

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	83	13.458	84	10.981
Trabalhistas	41	2.212	43	2.967
Total	124	15.670	127	13.948

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é de R\$ 499.000, sendo já integralizados R\$ 402.651 e a integralizar R\$ 96.349, e está representado por 249.500.000 de ações ordinárias e 249.500.000 de ações preferenciais.

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar, quando aplicáveis, serão destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

21. Receita operacional líquida

A seguir, a composição da receita operacional líquida:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de pedágios	331.485	272.860
Receitas acessórias	10.186	16.782
Receita de construção	67.620	91.239
Outras receitas	677	-
Tributos incidentes	(29.481)	(25.317)
Total	380.487	355.564

22. Gastos por natureza

A seguir a composição do custo dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais:

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	(17.372)	(16.961)
Com pessoal	(26.571)	(26.567)
Amortização e depreciação	(59.620)	(43.382)
Constituição de provisão para manutenção	(81.114)	(80.238)
Custo de construção	(67.620)	(91.239)
Custo de contrato concessão	(20.459)	(16.009)
Outros	(6.853)	(3.053)
Total	(279.609)	(277.449)
Custo dos serviços prestados	(199.191)	(184.953)
Despesas administrativas e gerais (i)	(12.798)	(1.257)
Custo de construção	(67.620)	(91.239)

(i) As despesas administrativas são compostas basicamente por despesas com pessoal.

23. Resultado financeiro líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram:

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	5.690	5.480
Total das receitas financeiras	5.690	5.480
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(71.165)	(90.180)
Outras despesas financeiras	(9.759)	(2.207)
Total das despesas financeiras	(80.924)	(92.387)
Resultado financeiro líquido	(75.234)	(86.907)

24. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41/IAS 33 (aprovado pela deliberação CVM nº 636 – Resultado por ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

O cálculo básico de resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período.

O prejuízo diluído por ação é calculado por meio da divisão do resultado líquido atribuído aos detentores de ações pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

A seguir apresentamos os dados de resultado e ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básico e diluído por ação:

Memória de cálculo do resultado por ação

	Resultado do exercício	Quantidade ponderada de ações	Resultado por ação Básico e diluído - R\$ - expresso em milhares de reais
2023	17.221	499.000.000	0,03451
2022	(31.568)	499.000.000	(0,06326)

25. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

31 de dezembro de 2023	Notas	Custo amortizado	
		31/12/2023	31/12/2022
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.515	1.658
Aplicação financeira	9	60.692	41.301
Contas a receber de clientes	10	25.914	21.112
Outros créditos	-	347	761
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	15	34.590	40.398
Debêntures	14	851.915	812.096
Fornecedores e partes relacionadas passivas		159.165	158.822

b) Mensuração do valor justo

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2023.

c) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle, no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) Risco de liquidez

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, redução do tráfego e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento das necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas

previsões acima mencionadas.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado a seguir:

Cronograma de amortização da dívida

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados:

Em 31/12/2023	Contábil	Fluxo contratual	2024	2025	Acima de 2026
Empréstimos e financiamentos	34.590	34.590	31.047	3.543	-
Debêntures	851.915	1.485.666	82.825	62.738	1.340.103
Fornecedores e partes relacionadas passivas	159.165	159.165	52.509	-	106.656
Total	1.045.670	1.679.421	166.381	66.281	1.446.759

Em 31/12/2022	Contábil	Fluxo contratual	2023	2024	Acima de 2024
Empréstimos e financiamentos	40.398	40.728	11.856	28.872	-
Debêntures	812.096	955.346	23.642	45.801	885.904
Fornecedores e partes relacionadas passivas	158.822	158.822	56.938	-	101.884
Total	1.011.316	1.154.896	92.436	74.673	987.788

(iii) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas entre outros. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2023 ativos ou passivos em moeda estrangeira, conseqüentemente, não apresenta exposição aos riscos cambiais. A Companhia não tem ações negociadas em mercado.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados às crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA).

Perfil

Na data das informações do período, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa do IPCA, principal exposição de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a estas variáveis são apresentadas a seguir:

Instrumentos de taxa variável	Risco	Valor contábil	
		31/12/2023	31/12/2022
Debêntures	IPCA	851.915	812.096

(iv) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa do IPCA.

(v) Seleção dos cenários

A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa do IPCA de acordo com as projeções obtidas pelo Bacen – Relatório FOCUS, ambas em 31 de dezembro de 2023.

Para os dois cenários adversos na taxa do IPCA foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

(vi) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do IPCA é apresentada na tabela na próxima página.

(vii) Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros – depreciação das taxas

A Companhia não apresenta quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, o risco atrelado a estas aplicações não são materiais das informações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente da Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

(viii) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Instrumentos	Exposição 31/12/2023	Risco	Cenários					
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Debêntures	877.639	Aumento IPCA	4,68%	(2.851)	5,85%	(3.564)	7,02%	(4.277)
Empréstimos e Financiamentos	28.724	Aumento CDI	11,65%	(332)	14,56%	(415)	17,48%	(498)
Total dos passivos financeiros	906.363			(3.183)		(3.979)		(4.775)
Impacto no resultado do exercício apresentado				(3.183)		(3.979)		(4.775)

Instrumentos	Exposição 31/12/2023	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Debêntures	877.639	Redução IPCA	4,68%	2.851	3,51%	2.138	2,34%	1.426
Empréstimos e Financiamentos	28.724	Redução CDI	11,65%	332	8,74%	249	5,83%	166
Total dos passivos financeiros	906.363			44.935		33.701		22.468
Impacto no resultado do exercício apresentado				44.935		33.701		22.468

Instrumentos	Exposição 31/12/2022	Risco	Cenários					
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Debêntures	812.096	Aumento IPCA	5,79%	(47.377)	7,23%	(59.221)	8,68%	(71.065)
Empréstimos e Financiamentos	40.398	Aumento CDI	13,65%	(2.157)	17,06%	(2.696)	20,48%	(3.236)
Total dos passivos financeiros	852.494			(49.534)		(61.918)		(74.301)
Impacto no resultado do exercício apresentado				(49.534)		(61.918)		(74.301)

Instrumentos	Exposição 31/12/2022	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Debêntures	812.096	Redução IPCA	5,79%	47.377	4,34%	35.533	2,89%	23.688
Empréstimos e Financiamentos	40.398	Redução CDI	13,65%	2.157	10,24%	1.618	6,83%	1.079
Total dos passivos financeiros	852.494			44.935		33.701		22.468
Impacto no resultado do exercício apresentado				44.935		33.701		22.468

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente da Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Determinadas situações permitem a Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

26. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da Companhia, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Garantia operação	Maio/2023 a maio/2024	73.760
Garantia ampliação	Maio/2023 a maio/2024	85.970
Operacionais	Maio/2023 a maio/2024	2.282.055
Responsabilidade civil	Maio/2023 a maio/2024	47.500

Em virtude da aquisição dos veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de responsabilidade civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais).

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores da Empresa.

27. Benefícios aos empregados

A Companhia mantém os seguintes benefícios de curto prazo aos empregados e administradores: auxílio-creche, assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, transporte e vale-alimentação.

Não é política da empresa conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

28. Risco regulatório

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto aos eventos provocados pela natureza, entende-se que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distantes de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia se encontra coberta com a apólice de seguros das operações, riscos de engenharia, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 26.

A Companhia, durante o curso normal das suas atividades está sujeita a fiscalizações do órgão regulador, estando suscetível aos questionamentos e às penalidades cabíveis, caso não estejam atendendo às obrigações licitatórias.

Para os questionamentos realizados pelo órgão regulador a Companhia realizou os devidos esclarecimentos e com base neste fato, e na avaliação dos seus assessores jurídicos, não constatou qualquer evento relevante que possa afetar as suas informações financeiras.

29. Compromissos

Decorrente da verba de fiscalização

A Companhia assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento no valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária.

Investimentos

De acordo com o programa estadual de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão.

A Companhia tem previsão orçamentária para realizar investimentos e conseqüentemente cumprir as metas contratuais.

30. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2/IAS 7.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve aquisições de ativos imobilizados e intangíveis com efeito não caixa.

* * *

Diretoria

Alexandre Conti Ribeiro de Campos
Diretor Presidente

Marcos Máximo de Novaes Mendonça
Diretor de Relações com Investidores

Fábio Abritta Filho
Diretor de Relações Institucionais

Conselho de Administração

Antônio Roberto Beldi
Paulo Sergio Coelho
Ricardo Constantino
Ricardo de Souza Adenes

Contador

Durval Maia
CRC/ SP nº 1SP-292.261/O-8